

A DEMOCRACIA EM DECLÍNIO: ASPECTOS REGIONAIS DO CONTINENTE AFRICANO

DEMOCRACY IN DECLINE: REGIONAL ASPECTS OF THE AFRICAN CONTINENT

André Mendes Pini¹

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
Brasília – DF – Brasília

Departamento de Relações Internacionais
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo: O artigo analisa o panorama do continente africano com relação ao desempenho da democracia na região, utilizando-se de documentos que se debruçam sob essa temática, como os índices *Freedom House*, *V-Dem*, *o Polity IV Project* e *o Democracy Index*. Vincula-se essa análise com uma discussão mais ampla acerca da conjuntura vivenciada globalmente no tocante ao declínio vivenciado pelas democracias em nível global, de modo a identificar como o cenário regional africano impacta ou é impactado pelas tendências mundiais. O artigo conclui que, de fato, vivencia-se um momento contemporâneo de declínio democrático, embora o panorama atual seja superior ao imediato Pós-Guerra Fria. Na África, Tunísia, Gana, Togo, Líbia e Zimbábue apresentaram índices com trajetória positiva, enquanto Mali, Mauritânia, Etiópia e Burundi seguem a tendência global de declínio dos indicadores democráticos. Cabo Verde, Ilhas Maurício, Tunísia, África do Sul, Namíbia, Senegal, Botsuana e Gana são, de forma unânime, os países com os melhores indicadores democráticos do continente, enquanto Eritreia e Suazilândia apresentam os índices mais negativos.

Palavras-Chave: Democracia. África. Terceira Onda. Declínio democrático.

Abstract: The article analyses the current status of democracies in the African continent by utilizing several indexes on this matter, such as the Freedom House, V-dem, Polity IV Project and Democracy Index. It also relates the tendencies identified in Africa with wider considerations on the alleged decline of democracies as a global trend, to identify how the regional aspects influence, or are influenced by the world's conjecture. The article concludes that there is a decline in democracy indeed as a global trend, although democracies still stay at higher standards than in the immediate post-Cold War period. In Africa, Ghana, Tunisia, Togo, Libya and Zimbabwe present positive trajectories, while Mali, Mauritania, Ethiopia and Burundi follow the global decline tendency. Cape Verde, Mauritius, Tunisia, South Africa, Namibia, Senegal, Ghana and Botswana are unanimously the highest quality democracies in the continent, on the other hand, Eritrea and Swaziland present the lowest degrees in terms of democratic aspects in Africa.

Key-words: Democracy. Africa. Third Wave. Democratic Decline.

Recebido: 07/05/2018

Aprovado: 25/06/2018

¹ andrempini@gmail.com

Introdução

O contexto político e social contemporâneo aponta para desafios vinculados a uma série de temas globais que necessitam, invariavelmente, de análises que estabeleçam relações assertivas de causa e efeito, de modo a possibilitar a compreensão da complexidade desses fenômenos. Nesse sentido, tendências observadas no presente têm sua raiz em eventos ocorridos há anos, e quiçá, décadas atrás. Recentemente, um dos temas fundamentais estudados no campo das relações internacionais vincula-se ao declínio da democracia em âmbito global. O presente trabalho busca debruçar-se sobre essa tendência e analisar como ela afeta, ou é afetada, pelo continente africano.

A presente análise almeja apresentar o panorama contemporâneo relativo à percepção de declínio da democracia globalmente e contrastar as principais análises com relação a esse momento de recessão democrática com a conjuntura regional da África. Nesse sentido, o artigo buscará contextualizar quais são os principais elementos que geram a percepção de declínio da democracia atual por meio, primeiramente, de extensa análise bibliográfica, que incorpora os principais autores que buscam discutir o panorama contemporâneo da democracia. Posteriormente, utilizam-se relatórios e pesquisas, como o *Global Attitudes* do *Pew Research Center* e o *Global Report 2017* do *Center for Systemic Peace*. Por fim, foram utilizados diversos índices que avaliam aspectos vinculados à democracia, como o da *Freedom House*, o *V-Dem*, o *Polity IV Project* e o *Democracy Index*.

A *Freedom House* leva em consideração 25 indicadores relativos a direitos políticos e liberdades civis, ou seja, o foco é nos indivíduos e não nos governos e suas performances. Esse índice vai de 0 a 100 e divide os Estados entre três possíveis alcunhas: “Livres”, “Parcialmente Livres” e “Não Livres”. O *V-Dem* é mais detalhado e apresenta cinco índices diferentes vinculados ao que seriam diferentes definições de democracia: Eleitoral, Liberal, Participativa, Deliberativa e Igualitária. Esse índice ainda é composto por 39 indicadores gerais e mais de 350 indicadores específicos, possibilitando uma interpretação bastante extensa de diversas características dos Estados analisados, sendo um a nota máxima e zero a nota mínima.

O *Polity* é organizado pelo *Center for Systemic Peace* e compõe um índice que vai de -10 a 10, apresentando a trajetória histórica dos sistemas políticos globalmente. O índice *Polity* divide os Estados entre democracias plenas (10), democracias (6 a 9), anocracias abertas (1 a 5), anocracias fechadas (0 a -5) e autocracias (-6 a -10), levando em consideração eventos específicos como golpes de estado, transições políticas e revoluções para determinar seus indexadores. Saliente-se que anocracia é um conceito idealizado pelos responsáveis pelo índice *Polity IV*, que seria um meio-termo entre democracia e autoritarismo, com sucessivas instabilidades e ineficiência governamental

Por fim, o *Democracy Index*, elaborado pela *The Economist Intelligence Unit*, é composto por cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo;

participação política e cultura política. Com isso, divide-se os Estados em Democracias plenas, Democracias falhas, regimes híbridos e regimes autoritários, em uma nota que vai de zero a dez.

O objetivo desse artigo é analisar quais são os principais motivos para se afirmar que atualmente se vivencia um ciclo de declínio democrático, buscando examinar os aspectos desse debate que se relacionam com o continente africano. Portanto, almeja-se contribuir com o debate acerca do declínio da democracia a partir da identificação de relações de causa e efeito entre elementos globais e regionais.

Nesse sentido, o primeiro capítulo fornece uma base teórica sob as quais o artigo possa desenvolver-se posteriormente. Estabelece-se, portanto, o conceito de ondas democráticas de Huntington como marco teórico para se analisar períodos nos quais a democracia cresce relativamente entre os países que compõem o sistema internacional, assim como os períodos de declínio. A segunda parte do trabalho busca realizar uma análise bibliográfica acerca de índices, relatórios e dos principais autores cujo argumento aponta para uma onda de declínio democrático ao longo das últimas décadas, de modo a identificar e analisar os motivos apontados como desencadeadores desse processo. O terceiro capítulo busca estabelecer o diagnóstico com relação ao patamar democrático do continente africano e relacioná-lo com o declínio da democracia em âmbito global.

1. As ondas de democratização

Em artigo publicado no *Journal of Democracy* em 1991, SHuntington introduz o conceito do que seriam “ondas de democratização”. Esse conceito é definido como uma série de transições rumo a governos democráticos durante um período de tempo determinado, por parte de regimes anteriormente não vinculados a esse sistema político, em número que exceda o movimento na direção oposta. Nesse sentido, Huntington (1991) identifica o que seria a “terceira onda de democratização”, em curso desde 1974, e que teria levado, até o ano anterior daquela publicação, cerca de 30 Estados a realizarem transições rumo à democracia (HUNTINGTON, 1991). Sua análise estabeleceu dois momentos anteriores a esse terceiro período de transição rumo a regimes democráticos no cenário internacional, nos quais sucederam ciclos de retração da democracia após as duas primeiras “ondas”.

A “primeira onda” de democratização é creditada por Huntington (1991) ao período de 1820 a 1926, no que se seguiria uma “onda reversa” até 1942, a partir da ascensão e queda dos regimes totalitários e a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, dos 29 Estados democráticos resultantes na “primeira onda”, apenas 12 restavam em 1942 (HUNTINGTON, 1991). A “segunda onda” foi atribuída ao período entre 1942 e 1962, quando 36 Estados haviam adotado sistemas democráticos, mas a partir de então uma nova onda reversa seguiria até 1975, reduzindo as democracias

novamente para 30 (HUNTINGTON, 1991). No entanto, Diamond (1996) ressalta que ao se analisar a tendência histórica e o processo de maneira completa, englobando as ondas democráticas e seus ciclos reversos, o resultado final demonstra um crescimento do número total de democracias mesmo após as ondas reversas: *“in each reverse wave, the number of democracies in the world decreased significantly but left more democracies in place than had existed prior to the start of the previous democratic wave”* (DIAMOND, 1997 p. 1).

De acordo com Diamond (1997), devido às diferentes interpretações do conceito de democracia em si², pode-se trabalhar com números entre 76 e 117 regimes democráticos globalmente consolidados ao longo da “terceira onda”. Esse terceiro momento teria início em 1975 devido a fatores, como as crises econômicas que minaram a legitimidade de governos autoritários no período, o crescimento das classes médias urbanas, a atuação da igreja católica, e a política externa dos EUA e da Comunidade Europeia (HUNTINGTON, 1991). O marco temporal da “terceira onda” seria a queda do regime salazarista em Portugal no ano de 1974, e os incentivos oferecidos pela Comunidade Europeia que garantiram que não somente Portugal, mas também Espanha e Grécia consolidassem transições democráticas ao longo das décadas seguintes. A década de 1980 solidificaria o momento de transição de regimes autoritários – predominantemente sob o signo do componente militar – rumo a governos mais representativos, cujo marco fundamental pode ser observado na América Latina.

O período entre 1985 e 1995 vislumbrou um avanço prodigioso no número de democracias globalmente, tendo em vista, principalmente, a queda do bloco comunista e o fim do regime do Apartheid na África do Sul (PLATTNER, 2015). No entanto, no período imediatamente posterior, a progressão democrática perdeu fôlego, crescendo apenas moderadamente e encontrando períodos de leve declínio ao longo do século XXI. No entanto, embora a trajetória do início do século XXI indique de fato uma redução da intensidade pela qual a democracia se expande, Plattner (2015) não credita a essa tendência padrões semelhantes ao que seria uma “onda reversa” nos termos de Huntington.

Huntington questionou, em 1991, o eventual estágio no qual a terceira onda se encontraria e por quanto tempo ela duraria até o início de mais uma “onda reversa”. Os elementos sistêmicos elencados pelo autor como passíveis de desencadear uma terceira onda reversa, quando analisados à luz do panorama político contemporâneo, permitem de fato inferir que se vivencia nas últimas décadas um período de declínio democrático. Com efeito, os elementos destacados por Huntington (1991) são: a. Deterioração de valores democráticos entre grupos de elite e o público em geral; b. crises econômicas que fomentem alternativas passíveis de serem impostas por medidas autoritárias;

² Devido à extensão do debate teórico em torno do conceito de democracia e do escopo e do limite deste artigo, não aprofundar-se-á em torno dos méritos desse debate, que engloba mais de 550 definições e subtipos de democracia.

c. polarização social e política; d. esforços por parte das classes elitizadas de afastar as classes mais populares de representação e poder político; e. efervescência social fruto de terrorismo; f. intervenções ou conquistas por potências não-democráticas; g. efeitos sucessivos decorrentes de rupturas democráticas. Nesse sentido, embora o contexto de determinados fatores listados pelo autor se aplique a uma conjuntura diferente da vivenciada contemporaneamente, pode-se aplicar esse diagnóstico para compreender as vicissitudes do panorama atual da democracia global.

Os próximos capítulos determinarão quais as causas do declínio democrático contemporâneo para posteriormente se avaliar quais dos elementos destacados por Huntington podem ser encarados como vinculados ao contexto regional do continente africano.

2. A Democracia em Declínio?

Ao longo da última década, um tema recorrente no âmbito das relações internacionais é a tendência de declínio da democracia ao redor do globo. Especialistas no tema, como Larry Diamond, Francis Fukuyama, Thomas Carothers e Mark Plattner publicaram em 2015 a obra “*Democracy in Decline?*”, na qual os autores avaliam se há de fato um declínio e quais são as causas dessa tendência (DIAMOND & PLATTNER, 2015). Deve-se ponderar, portanto, os argumentos dos principais autores envolvidos na discussão acerca do momento contemporâneo da democracia. A revisão bibliográfica do presente capítulo abordará brevemente tanto os aspectos que corroboram a ideia de declínio democrático quanto os que contra-argumentam e relativizam essa tendência. Ademais, o complemento da análise bibliográfica se dá por meio da utilização de índices e *reports* sobre o tema, como *Freedom in the World 2017* da *Freedom House*, o *Global Attitudes* do *Pew Research Center*, o *V-Dem Annual Report 2017* do *V-Dem*, o *Global Report 2017* do *Center for Systemic Peace* e o *Democracy Index* da *The Economist Intelligence Unit*.

Todos os índices avaliados são unânimes ao identificar, de acordo com parâmetros próprios, a tendência de declínio democrático na última década. O *V-Dem* (2017) afirma que os níveis atuais de democracia tiveram um moderado declínio, chegando a níveis equivalentes aos do início da década de 2000, mas mantendo-se acima do imediato Pós-Guerra Fria. O *Democracy Index* (2016), indica que atualmente 19 Estados são considerados democracias plenas, o que representa 11,4% dos países e apenas 4,5% da população global. São consideradas “democracias falhas” 57 países, enquanto 40 países são vistos como regimes híbridos e 51 Estados seriam regimes autoritários. Com base nessa análise, disponível na Tabela 1, pode-se concluir que atualmente mais da metade (50,7%) da população não vive em um Estado democrático ao redor do globo e que também o número de Estados não democráticos é maioria (54,5%).

Tabela 1

Índice de Democracia 2016, por tipo de regime

Democracy Index 2016, by regime type

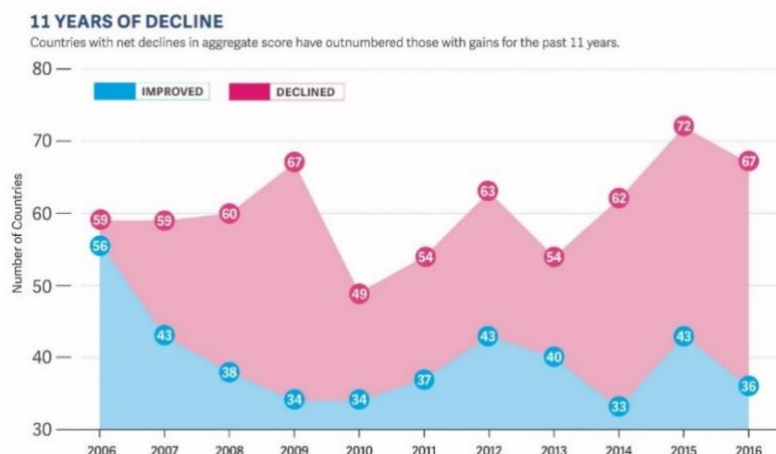
	No. of countries	% of countries	% of world population
Full democracies	19	11.4	4.5
Flawed democracies	57	34.1	44.8
Hybrid regimes	40	24.0	18.0
Authoritarian regimes	51	30.5	32.7

Fonte: The Economist Intelligence Unit, 2016

Adicionalmente, segundo a *Freedom House* (2017), no presente ano, 87 países são considerados “livres”, o que corresponde a 45% de um universo de 195 países avaliados, enquanto 30% são considerados parcialmente livres – 59 Estados – e 25% foram avaliados como “não livres”, compondo 49 Estados.

O *Democracy Index* também aponta na direção de um declínio da democracia na última década, e afirma que 81 dos 167 países cobertos pelo índice (48,5%) apresentaram declínio nas notas gerais do índice. Um fator curioso é que esse índice foi criado justamente há uma década, em 2006, e, desde então, ele apresentou um declínio democrático substantivo em regiões importantes como a Europa Ocidental e Oriental, além dos EUA. Essa tendência também é corroborada pelo índice da *Freedom House* (2017), salientando que 2017 configura-se como o 11º ano seguido de declínio dos índices de liberdade globais, como demonstra a figura 1. Ademais, o ciclo de crescimento de países considerados livres pela primeira vez declinou nos últimos 10 anos – entre 2006 e 2016 – depois de 20 anos de trajetórias positivas – entre 1986 e 2006, como demonstra a figura 2 (FREEDOM HOUSE, 2017).

Figura 1
11 anos de declínio



Fonte: Freedom in the World Report, 2017

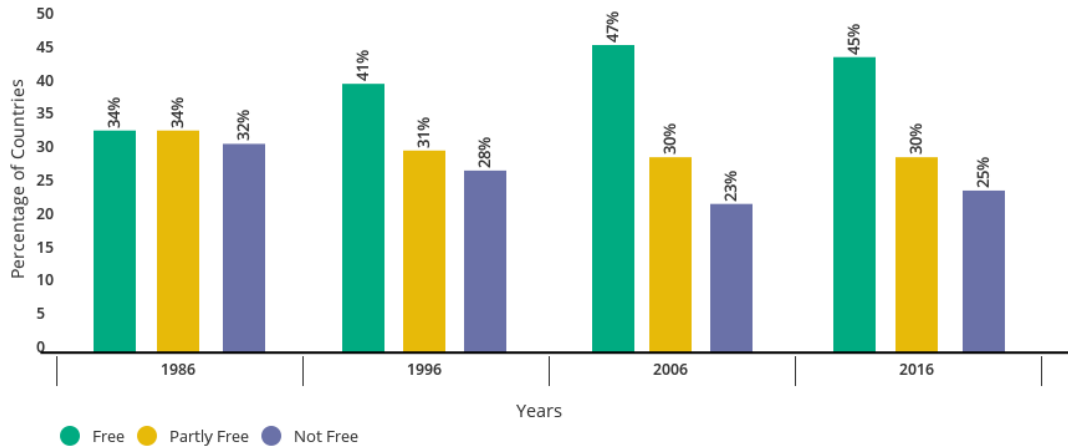
Figura 2

Liberdade no Mundo em 2017

Freedom in the World 2017

Freedom in the Balance

After years of major gains, the share of Free countries has declined over the past decade, while the share of Not Free countries has risen.



Fonte: Freedom in the World Report, 2017

Plattner (2015), coeditor do *Journal of Democracy* desde 1990, afirma claramente que o momento atual sugere o declínio da democracia globalmente com mais intensidade no último quarto de século. A tendência consolidada ao longo da década de 1990 esboçava a democracia em seu momento histórico mais bem consolidado, o que parecia se manter no alvorecer da década seguinte. No entanto, já em 2005, Plattner (2015) argumentava que as vicissitudes do cenário internacional, como o aumento do autoritarismo na Rússia – colocando fim às esperanças que a herança soviética fosse suplantada pelos princípios liberais – e o iminente fracasso das políticas de promoção da democracia por meio de intervenções militares dos EUA, davam início ao processo de inflexão da tendência de crescimento e consolidação democrática das décadas anteriores.

Diamond (2015, p. 99) apresenta evidências empíricas do que ele considera “um período de declínio incipiente na democracia” ao longo da última década. Seu artigo “*Facing Up to the Democratic Recession*” apresenta como as causas dessa tendência rupturas democráticas ao longo do período, performance insatisfatória de novas democracias em índices de boa governança e estagnação democrática em importantes países não-ocidentais (DIAMOND, 2015).

Fukuyama (2015) explora a noção de “má governança” e deslegitimação da democracia em seu artigo “*Why is democracy performing so poorly?*”, no qual ele argumenta que várias democracias falharam na consolidação de Estados modernos, os quais seriam incapazes de fornecer a seus cidadãos serviços públicos de qualidade e segurança individual. Ademais, performances econômicas insatisfatórias e sucessivos casos de corrupção também viriam a contribuir para a percepção negativa do público com relação à qualidade da democracia em seus países.

Essas tendências são corroboradas pelo levantamento realizado pela *Pew Research Center* (2017) com 41953 pessoas em 38 diferentes Estados, ao longo de 2017. Essa pesquisa traz dados que demonstram que cerca de um quarto dos entrevistados apoiam tanto “líderes fortes” – cujas decisões do executivo não passariam por controle legislativo – quanto os militares como boas formas de governo, o que representam rupturas com a ideia central de uma democracia liberal. Além disso, metade dos entrevistados afirmaram apoiar decisões tomadas por experts em determinadas áreas, em detrimento de decisões tomadas por governantes eleitos (PEW RESEARCH CENTER, 2017).

Os dados coletados pela *Pew Research Center* (2017) também apontam, por meio de indexadores próprios, que apenas 23% dos entrevistados demonstraram-se comprometidos com os valores democráticos, enquanto 47% demonstraram ser menos comprometidos e 13% vinculados de fato a ideais não democráticos. Ademais, 52% dos entrevistados se disseram insatisfeitos com a performance da democracia em seus países.

Plattner (2015) levanta a questão acerca do quanto se pode presumir que a democracia é o sistema político que os Estados ainda buscam consolidar, levando em consideração tanto sua legitimidade quanto sua aptidão para atingir níveis de governança e prosperidade desejados. Nesse sentido, o autor argumenta que os principais fatores que causam o declínio contemporâneo dos valores democráticos são o sentimento crescente de que as democracias enfrentam dificuldades em seu avanço. Isso ocorreria devido às suas performances políticas e econômicas insatisfatórias, quando comparadas à vitalidade e ao desempenho positivo de países autoritários, como a China (PLATTNER, 2015).

Com relação ao primeiro argumento, de fato a crise econômica da última década engendrou números expressivamente negativos em importantes democracias, como recessão econômica e aumento dos níveis de desemprego – visíveis especialmente na Europa –, gerando questionamentos acerca da habilidade de o sistema democrático fomentar soluções satisfatórias a esses desafios. Com efeito, identifica-se o ressentimento de grandes parcelas da população com relação ao momento econômico e político de grandes democracias, como os Estados Unidos da América, oferecendo incentivos para a ascensão de discursos nacionalistas e populistas fundamentalmente opostos aos princípios gerais democráticos, como demonstra a eleição de Donald Trump.

Essa tendência está explícita no *V-Dem Annual Report* (2017), que aponta declínio na democracia norte-americana desde 2012 e queda acentuada em 2016, devido, principalmente, aos ataques do executivo contra o judiciário e aos questionamentos acerca da transparência das eleições presidenciais.

O *Democracy Index* (2017) também aponta para a Europa e a América do Norte como as regiões que mais declinaram na nota atribuída ao índice, sendo os EUA relegados da condição de

democracia plena. Nesse sentido, Carothers (2015) é enfático ao atribuir às vicissitudes políticas e econômicas da Europa e dos EUA a responsabilidade de enfraquecer o apreço aos valores democráticos globalmente.

O *Freedom in the World Report* (2017) da *Freedom House*, também atribui o atual momento de declínio democrático ao panorama político internacional de ascensão de governos populistas e nacionalistas. Ao contrário de anos anteriores, nos quais os índices de liberdades civis e direitos políticos que mais decaíam vinculavam-se a países autoritários, o relatório de 2017 aponta para declínio concentrado em países considerados “livres” pela *Freedom House*, como Brasil, Dinamarca, França, Hungria, Polônia, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha e EUA. Os fatos apontados pelo relatório são extensos, como a vitória de Donald Trump, a votação do Reino Unido para deixar a União Europeia, o colapso do governo italiano após fracassada tentativa de reforma constitucional, ações antidemocráticas do governo polonês, a performance crescente do partido xenófobo Alternativa para a Alemanha (AfD) – que conquistou quase 13% do Congresso do país na última eleição – e a ascensão de Sebastian Kurz na Áustria sob forte discurso racista.

Autores como Levitsky & Way (2015), no entanto, discordam do argumento geral de que a democracia vivencia um momento de declínio em seu artigo “*The Myth of Democratic Recession*”. Levitsky & Way (2015) ressaltam que alguns dos avanços democráticos ao longo do que seria o período da “terceira onda” na realidade representariam um momento de otimismo exacerbado, devido à queda de regimes autoritários no período. Nesse sentido, não necessariamente esses regimes tornaram-se democráticos, mas adotaram, segundo os autores, características mais pluralistas somente, o que engendra a percepção errônea de um declínio atual da democracia em Estados que, na realidade, nunca consolidaram seu processo democrático. De fato, ao se analisar a Figura 2, percebe-se que embora haja redução de 47% para 45% de países considerados livres entre 2006 e 2016, essa porcentagem se mantém acima dos 41% de 1996, além disso, os Estados não livres, embora tenham aumentado de 23% para 25% nas últimas décadas, ainda são percentualmente menos representativos que os 28% de 1996.

Embora haja vozes divergentes entre os especialistas, pode-se concluir que tanto os maiores especialistas em estudos sobre democracia, quanto os principais índices que avaliam o tema são enfáticos ao afirmar que de fato vivencia-se um leve momento de declínio democrático ao longo da última década. A próxima sessão, portanto, busca compreender como essa tendência se apresenta no contexto regional do continente africano.

3. O Continente Africano

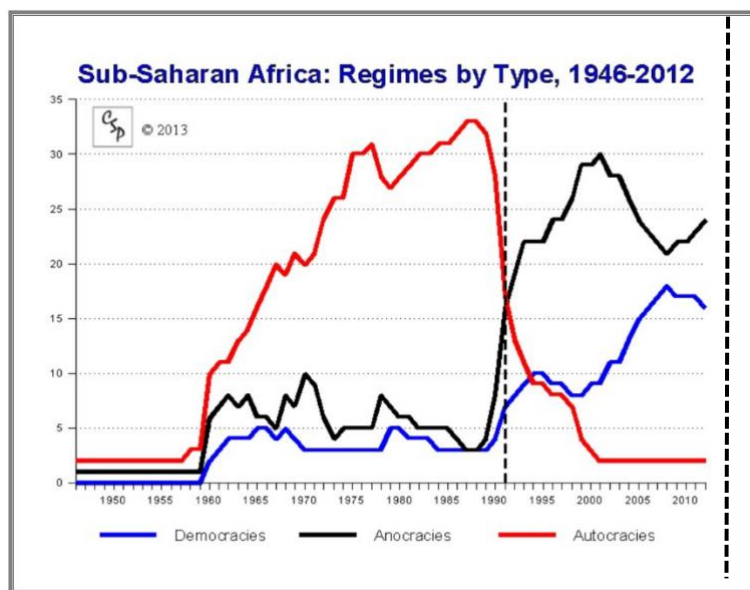
O declínio da democracia, como demonstrado no capítulo anterior, é uma tendência corroborada tanto por especialistas no tema quanto por importantes instituições internacionais. Nesse sentido, buscar-se-á nesse capítulo um aprofundamento com relação ao panorama da África, de modo a identificar quais aspectos das vicissitudes regionais contribuem para a tendência global, e quais são os Estados com a situação mais alarmante. Ressalta-se que se trabalha, nessa sessão, com o continente africano de maneira abrangente, embora os diversos indexadores e relatórios, por vezes, dividam a África Subsaariana do Norte da África com Oriente Médio, no que se convencionou delimitar como MENA: “*Middle East and Northern Africa*”.

Historicamente, o continente africano apresentou níveis de liberdades civis e relações interinstitucionais entre os diversos poderes dos Estados bastante incipientes até o processo de descolonização se consolidar entre as décadas de 1950 e 1970 (V-DEM, 2017). No entanto, às esperanças realçadas no pós-independência sucedeu-se um período de regressão democrática, com governos militares e regimes unipartidários se alastrando pelo continente.

Até a década de 1980 somente Botsuana, Gambia, Ilhas Maurício, Senegal e Zimbábue eram considerados Estados democráticos, o que viria a se alterar com o final da Guerra Fria (V-DEM, 2017). A Figura 3, elaborada de acordo com o índice *Polity IV*, ilustra bem essa trajetória histórica, assim como demonstra que a tendência de declínio democrático global da última década também se aplica ao continente africano. Contudo, este gráfico do *Polity IV* incorpora somente a África Subsaariana.

Figura 3

África sub-saariana: Regimes por tipos, 1946-2012



Fonte: Polity IV, 2017

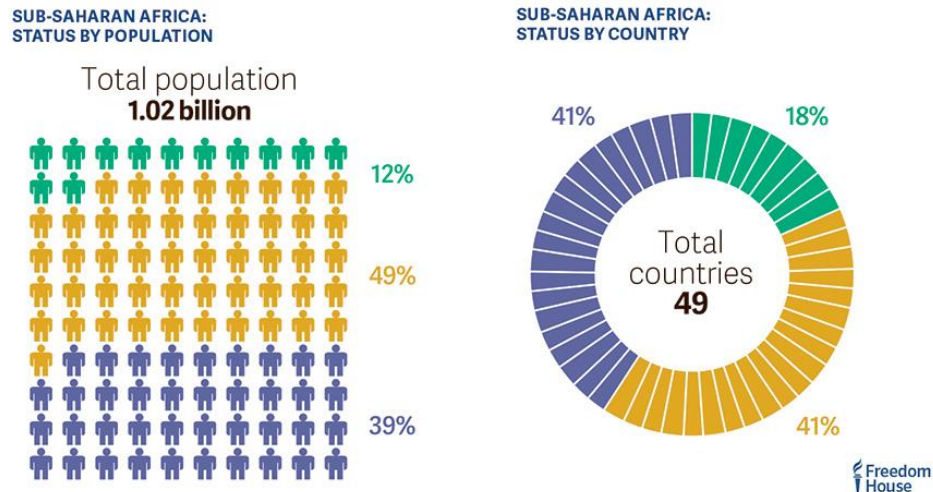
O índice *V-Dem* (2017), no entanto, não oferece evidências acerca de um declínio do nível democrático na África Subsaariana ao longo da última década quando são levados em conta os aspectos procedimentais, como eleições livres, sendo as exceções países específicos, como Zâmbia e Burundi. Essa tendência é corroborada pelo *Democracy Index* (2017), que salienta também o crescimento na participação e cultura política da região. Apesar disso, ambos os relatórios apontam que a África Subsaariana, ao lado do Norte da África e Oriente Médio, possui os piores índices de democracia no mundo. Ambos os índices também demonstram declínio democrático na região quando levados em consideração aspectos relativos às liberdades individuais, os “*checks and balances*” institucionais e o funcionamento dos governos da região (V-DEM, 2017; DEMOCRACY INDEX, 2017).

O *V-Dem Annual Report* (2017) revela que o país com melhor desempenho democrático no continente africano atualmente é Cabo Verde, ocupando a 27ª posição, seguido das Ilhas Maurício (38º) e a Tunísia (39º). Por outro lado, dos 20 últimos colocados no índice, oito fazem parte do continente africano. Já no *Democracy Index* (2017), as Ilhas Maurício ocupam o topo do ranking africano, na 18ª posição, sendo consideradas a única democracia da região. Cabo Verde, Botsuana, África do Sul, Tunísia, Senegal, Namíbia, Gana e Lesoto compõem o rol das “democracias falhas”, consolidando nesse índice apenas nove Estados democráticos no continente africano (DEMOCRACY INDEX, 2017).

De acordo com o relatório *Freedom in the World 2017*, a África e o Oriente Médio são as regiões com os piores desempenhos em seus índices. Mesmo Estados africanos com boa avaliação, considerados “livres” pela organização, apresentaram desempenho negativo no último relatório, como África do Sul e Tunísia. Ademais, somente se enquadram na categoria máxima de liberdades civis e políticas 10 países (África do Sul, Tunísia, Namíbia, Botsuana, Ilhas Maurício, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Senegal, Gana e Benin) dos 49 que compõem a África, abrangendo apenas 12% da população do continente, como demonstra a Figura 4. Salienta-se que a Freedom House divide o continente africano em África Subsaariana, com 49 Estados, e incorpora o Norte da África com o Oriente Médio.

Figura 4
População da África sub-saariana por status e por país

■ Free ■ Partly Free ■ Not Free



Fonte: Freedom in the World, 2017

O relatório da *Freedom House* (2017) também evidencia que dos 10 países que mais vivenciaram um declínio em seus índices de liberdade, seis são africanos: República Centro-Africana (1º), Gambia (3º), Mali (4º), Burundi (5º), Mauritania (7º) e Etiópia (8º). Além disso, dos 10 piores Estados cujos índices são considerados como “não-livres”, seis também estão no continente africano: Eritreia, Sudão do Sul, Somália, Sudão, Guiné Equatorial e República Centro-Africana.

O *Freedom in the World 2017* destaca alguns Estados africanos entre as tendências negativas com relação às liberdades civis e políticas de maior impacto no último ano. Salienta-se, na Etiópia e em Moçambique, o uso desproporcional e violento de força por parte de forças de segurança contra a população civil. Além disso, foi destacada a tensão crescente no Zâmbia com relação à participação da oposição nas eleições gerais do país, e o recrudescimento da Guerra Civil no Sudão do Sul. A situação no país mais jovem da África é resultado da falha no processo de estabelecimento de um acordo de paz, acarretando flagrantes violações dos direitos humanos no país (FREEDOM HOUSE, 2017).

O relatório da *Freedom House* (2017) ainda salienta a necessidade de acompanhamento futuro dos cenários em países, como África do Sul, Tanzânia, Egito, Etiópia e Zimbábue, onde a conjuntura política e social tende a agravar os cenários das liberdades civis e políticas ao longo dos próximos anos. Na África do Sul, que recentemente se retirou da Corte Internacional de Justiça, a democracia será colocada em xeque a partir das eleições do enfraquecido Congresso Nacional Africano (ANC). Na Tanzânia, observa-se que o governo autoritário de John Magufuli vem recrudescendo, com a constante repressão de críticos ao governo e o estabelecimento de uma nova lei de mídia. Enquanto no Zimbábue, a sucessão de Robert Mugabe deve convulsionar politicamente o país, o Egito vivencia uma longa crise econômica ainda a se perpetuar em um Estado crescentemente autoritário e que ainda enfrenta crescentes crises de segurança associadas ao

jiadismo islâmico. Por fim, na Etiópia tensões étnicas e políticas vêm se arrastando desde 2015, levando a um escalonamento das tensões que redundaram no uso de força letal pelo governo de modo a reprimir manifestantes e na declaração de Estado de Emergência.

O *survey Global Attitudes* da *Pew Research Center* (2017) também possibilita algumas análises importantes com relação ao continente africano. A África apresentou índices menores de comprometimento dos indivíduos entrevistados com valores democráticos do que a média global, sendo 18% contra 23%, respectivamente. Além disso, 16% se demonstram não comprometidos com a democracia no continente, enquanto a média global é de 13%. A África do Sul, por exemplo, é um dos poucos Estados no qual um governo militar recebe apoio de mais da metade dos entrevistados (PEW RESEARCH CENTER, 2017).

O *Democracy Index* (2017) aponta que a África Subsaariana seguiu a contramão da tendência global e evoluiu ligeiramente com relação aos dados de 2006, no entanto, as bases para comparação são de pontuações extremamente baixas, somente menores do que a região conjunta do Norte da África e Oriente Médio (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2016). O score da região em 2006 foi de 4,24 pontos, contra 4,37 em 2016. A título de comparação, a América do Norte, que possui o maior score, tem 8,56 pontos em 2016. Nesse sentido, simplesmente afirmar que houve crescimento e avanços pode mascarar uma realidade na qual a região simplesmente é composta, majoritariamente, por Estados não democráticos.

Na contramão dessas tendências, salienta-se que a *Global Attitudes* (PEW RESEARCH CENTER, 2017) demonstrou que a África subsaariana apresenta os maiores níveis de satisfação com a democracia em seus países por parte dos entrevistados, embora não especifique em quais países essas respostas foram dadas. O *Freedom in the World Report* (2017) demonstra que Gana consolidou-se como uma das democracias mais estáveis na região a partir das eleições do último ano, nas quais o candidato da oposição Nana Akufo-Addo derrotou John Mahama. E o *V-Dem Annual Report* (2017) celebrou o fato de a Nigéria ter consolidado sua primeira alternância pacífica de poder após as eleições de 2015. Adicionalmente, o índice de avaliação da democracia do *V-Dem Annual Report* considerou Tunísia e Burkina Faso entre os cinco países que mais evoluíram nos últimos 10 anos, assim como reconheceu avanços consideráveis no Malawi e Togo.

Observando o índice *Polity IV* (2017), identifica-se que alguns países decaíram na avaliação com relação à qualidade de sua democracia na última década, como é o caso de Senegal, que ainda se manteve democrático, e Mali, Madagascar e Guiné Bissau, que deixaram de ser considerados uma democracia no período. A República Democrática do Congo e a Somália também evoluíram no período, deixando de ser uma autocracia rumo a uma Anocracia aberta. No entanto, outros evoluíram, como é o caso de Gana, Zâmbia, Quênia, Serra Leoa, Comores e Tunísia, tornando-se democracias de acordo com o índice. Por outro lado, grande parte dos Estados africanos mantém-se

nos mesmos patamares ao longo da última década no índice *Polity*, seja positivamente, como a África do Sul, Namíbia, Ilhas Maurício e Cabo Verde, ou negativamente, como Gâmbia, Congo-Brazzaville, Suazilândia, Chade e Guiné Equatorial.

É interessante observar os distintos diagnósticos apresentados por diferentes índices. Os Anexos 1, 2, 3 e 4 correspondem, respectivamente, aos índices da *Freedom House*, *V-Dem*, *Polity* e *Democracy Index* aplicados ao continente africano. A Tabela 2, disponível no Apêndice, congrega em um único documento os diferentes índices estudados, possibilitando análises comparativas e o estabelecimento de um diagnóstico mais aprofundado acerca do panorama democrático africano.

Ao se analisar comparativamente os diferentes índices, identificam-se tendências convergentes na última década, como as trajetórias positivas (marcadas em verde na Tabela 2) de Tunísia, Gana, Togo, Líbia e Zimbábue, assim como trajetórias negativas (marcadas em vermelho na Tabela 2) de Mali, Mauritânia, Etiópia e Burundi. Conclui-se por meio da Tabela 2, que há um modesto consenso com relação aos Estados com melhor e pior desempenho democrático no continente africano, de modo geral. Cabo Verde, Ilhas Maurício, Tunísia, África do Sul, Namíbia, Senegal, Botsuana e Gana recebem boas avaliações unânimes dos quatro indicadores, enquanto Eritreia e Suazilândia são considerados países Não Livres, Autocráticos e Autoritários, pela *Freedom House*, *Polity IV* e *Democracy Index*, respectivamente.

Percebe-se, no entanto, por vezes, a existência de diagnósticos bastante dissonantes com relação aos índices. Isso ocorre, certamente, devido aos diferentes componentes desses indicadores, que medem, por vezes, características distintas uns aos outros, como destacado na introdução. Apesar disso, não se deve deixar de ressaltar essas supostas contradições particulares nos diagnósticos dos diferentes índices, pois todos se dispõem a avaliar, de maneira ampla, a democracia.

As tendências de avanços e recuos nas últimas décadas expressos pelos índices apontam para controvérsias entre República Centro-Africana e Zâmbia, por exemplo. Com efeito, o *V-Dem* estabelece um período recente de avanços na República Centro Africana, mas a *Freedom House* demonstra retrocessos, e enquanto o *V-Dem* estabelece recuos na Zâmbia, a *Polity IV* apresenta uma trajetória ascendente. Por vezes, os índices demonstraram desempenhos divergentes no cenário contemporâneo. A Zâmbia é considerada pelo *V-Dem* em um patamar do índice bastante baixo, enquanto no *Polity* ela é considerada um Estado que evoluiu rumo à democracia e no *Democracy Index* ela é colocada como o Regime Híbrido mais bem posicionado. Somália e República Democrática do Congo também têm índices bastante baixos no *V-Dem* e *Freedom House*, enquanto obtiveram uma evolução notável no índice da *Polity*. O Benim é bem avaliado por todos os índices, sendo considerado Livre pela *Freedom House* e democrático pelo *Polity*, porém o *Democracy Index* o caracteriza como um regime híbrido.

Existem, todavia, dissonâncias bastante explícitas entre os diferentes índices, que caminham para conclusões diametralmente opostas. O diagnóstico com relação ao Burundi, apresentado pelo *V-Dem* e a *Freedom House*, posicionam este país como um dos piores desempenhos e ainda em trajetória descendente, enquanto o país se mantém estável no índice *Polity* como uma democracia. Os casos mais paradigmáticos, no entanto, são de Níger e Comores, avaliados como democráticos pelo *Polity* e autoritários pelo *Democracy Index*.

A utilização de indicadores, portanto, ajuda a contextualizar a conjuntura africana da última década, compreendendo que embora a democracia no continente seja de fato uma realidade distante, quando comparada à trajetória global de declínio explícito da democracia, o continente africano não segue a mesma tendência, apresentando, de fato, avanços e recuos bastante heterogêneos.

Conclui-se, nesse sentido, que não se pode afirmar que a tendência global de declínio da democracia atinja de maneira frontal o continente africano, simplesmente porque a democracia ainda é pouco representativa na região. No entanto, a trajetória antidemocrática na qual o ambiente internacional caminha tende a não oferecer maiores incentivos para que os países da África busquem a democracia como um objetivo a ser alcançado.

Conclusão

Ao se analisar tanto os dados e os indicadores que avaliam o desempenho da democracia globalmente, quanto os argumentos dos especialistas no tema, pode-se concluir que, de fato, vivencia-se um momento contemporâneo de declínio democrático, embora o panorama atual seja ainda melhor do que o Pós-Guerra Fria. Dentre os elementos destacados por Huntington (1991) como fundamentais para uma terceira onda reversa, muitos podem ser identificados na atual conjuntura, como a deterioração de valores democráticos entre grupos de elite e o público em geral, crises econômicas que fomentem alternativas passíveis de serem impostas por medidas autoritárias, polarização social e política, efervescência social fruto de terrorismo, intervenções ou conquistas por potências não democráticas e efeitos sucessivos decorrentes de rupturas democráticas.

Diagnósticos negativos são muito mais comuns ao se analisar os indicadores utilizados no trabalho para se avaliar o desempenho do continente africano em termos de democracia. O *V-Dem* somente agrega um Estado da África em seu índice a partir da 27ª posição do ranking, enquanto os países da região dominam a ponta inferior da tabela. A *Freedom House* considera somente 10 Estados do continente como livres, enquanto 23 não são considerados livres. Para o *Polity*, somente dois Estados da África são democracias plenas, enquanto no *Democracy Index* esse número cai para apenas um Estado. Ademais, este também considera 27 Estados da região autoritários.

Os indicadores, embora apresentem divergências entre si, permitem algumas conclusões interessantes com relação ao patamar da democracia no continente africano. Tunísia, Gana, Togo,

Líbia e Zimbábue apresentaram índices com trajetória positiva, enquanto Mali, Maurítânia, Etiópia e Burundi seguem a tendência global de declínio dos indicadores democráticos. Cabo Verde, Ilhas Maurício, Tunísia, África do Sul, Namíbia, Senegal, Botsuana e Gana são, de forma unânime, os países com os melhores indicadores democráticos do continente, enquanto Eritreia e Suazilândia são os Estados com índices mais negativos.

O declínio da democracia é uma tendência global grave justamente por ser mais intensa na Europa e nos EUA. A África, portanto, torna-se extremamente vulnerável às vicissitudes contemporâneas, pois é a região, ao lado do Oriente Médio, em que a democracia apresenta os piores indicadores. Quando analisado, portanto, o cenário global, no qual os bastiões da democracia enfrentem sucessivas crises políticas e pífio desempenho econômico, enquanto países como a China consolida índices crescentes de desenvolvimento econômico sob forte liderança autoritária, percebe-se a deslegitimação contemporânea da democracia como sistema político ideal.

Tendo em vista o panorama estabelecido ao longo do trabalho, pode-se concluir que a trajetória global de declínio democrático ganha força uma vez que ela é refletida pelas regiões que outrora foram os bastiões da democracia. Nesse sentido, a África, que apresenta dados já imensamente negativos no âmbito da democracia, insere-se nesse debate mais como um local cuja tendência é de sofrer os efeitos nocivos dessa trajetória descendente do que como um protagonista perante a tendência global.

Referências

CAROTHERS, Thomas (2015). Democracy Aid at 25: Time to Choose. *In* DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 77-98.

DAHL, Robert (2005). **Democratização e oposição pública**. *In* DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora USP.

DIAMOND, Larry (2015). Facing Up to the Democratic Recession. *In* DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 98-119.

_____; PLATTNER, Marc F. Ed. (2015). **Democracy in Decline?** Baltimore: John Hopkins University Press.

____ (1997). The End of the Third Wave and the Global Future of Democracy. **HIS Political Science Series. Working Paper 45**. Vienna: Institute for Advanced Studies, publicado em [http://irihs.ihs.ac.at/1000/1/pw_45.pdf] Disponibilidade: 05/12/2018.

FREEDOM HOUSE (2017). **Freedom in the World Report**, publicado em [https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FIW_2017_Report_Final.pdf]. Disponibilidade: 05/12/2017.

FUKUYAMA, Francis (2015). Why is Democracy Performing So Poorly?. *In* DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 11-25.

HUNTINGTON, Samuel P. (1991). **Democracy's Third Wave**, publicado em *Journal of Democracy* [<https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>]. Disponibilidade: 07/05/2018.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan (2015). The Myth of Democratic Recession. In DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 58-77.

PEW RESEARCH CENTER (2017). **Global Attitudes**, publicado em *Pew Global* [<http://www.pewglobal.org/>]. Disponibilidade: 06/12/2017.

PLATTNER, Marc F. (2015). Introduction. In DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 3-11.

POLITY IV (2017). **Political Regime Characteristics and Transitions**, publicado em *Systemic Peace* [<http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>]. Disponibilidade: 05/12/2017.

SHUMPETER, Joseph (1961). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. (2016). **Democracy Index 2016**, publicado em *The Economist* [<http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2016.pdf&mode=wp&campaignid=DemocracyIndex2016>]. Disponibilidade: 05/12/2017.

V-DEM. (2017). **Democracy at Dusk? V-Dem Annual Report 2017**, publicado em [https://www.v-dem.net/media/filer_public/b0/79/b079aa5a-eb3b-4e27-abdb-604b11ecd3db/v-dem_annualreport2017_v2.pdf]. Disponibilidade: 05/12/2017

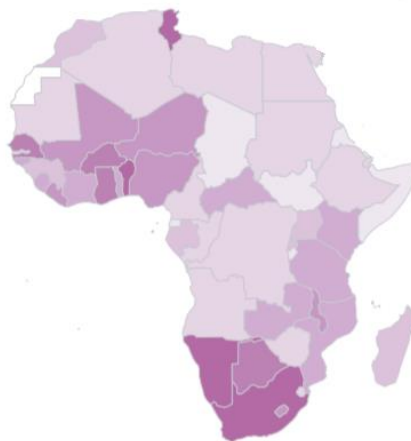
Anexo 1



Free Partly Free Not Free

Fonte: *Freedom in the World Report, 2017*

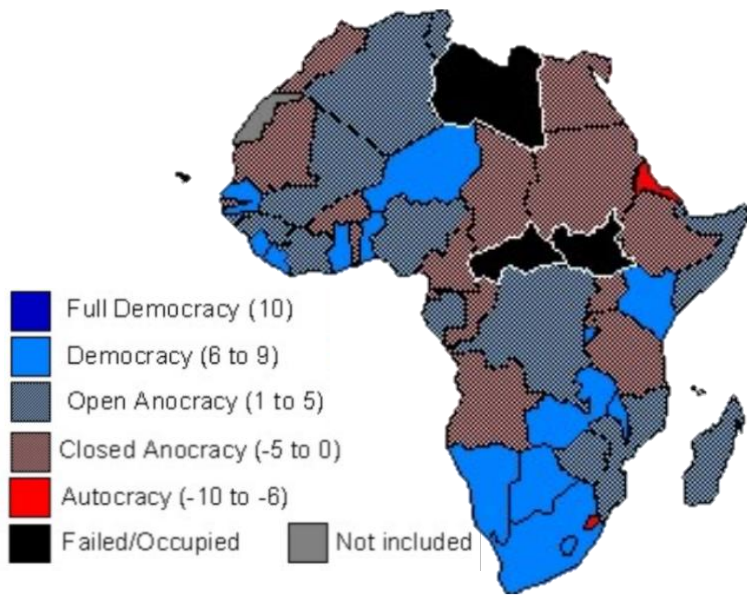
Anexo 2



Note: The map depicts V-Dem's Liberal Democracy Index ranging from 0 (not democratic) to 1 (fully democratic). V-Dem Data Set Version 7

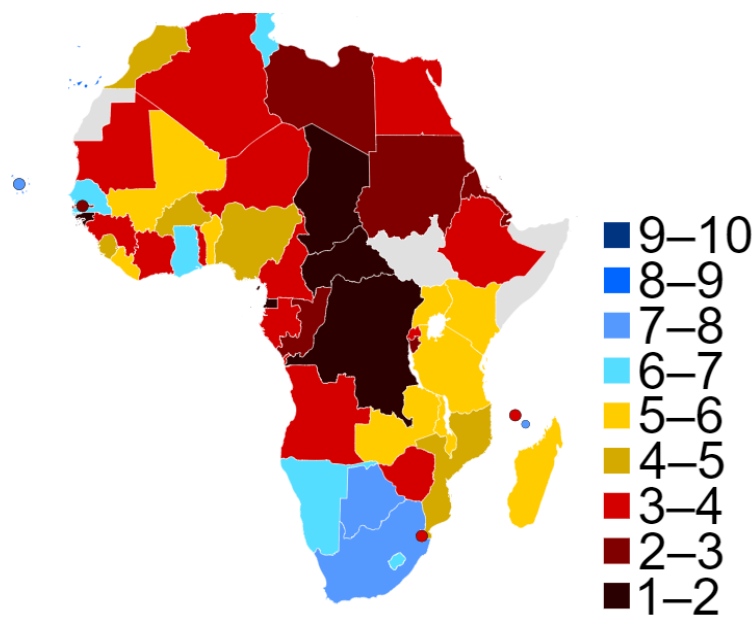
Fonte: *V-Dem Annual Report 2017*

Anexo 3



Fonte: *Polity IV*

Anexo 4



Fonte: Democracy Index

Apêndice

Tabela 2

--	--	--	--	--

ESTADO/ INDICADOR	V-DEM (LDI)	FREEDOM HOUSE	POLITY IV	DEMOCRACY INDEX
Cabo Verde	0,737 (27°)	90 (Livre)	10 (Democracia Plena)	7,94 (Democracia Falha)
Ilhas Maurício	0,663 (38°)	89 (Livre)	10 (Democracia Plena)	8,28 (Democracia Plena)
Tunísia	0,659 (39°)	78 (Livre)	7 (Democracia)	6,40 (Democracia Falha)
Benim	0,633 (42°)	82 (Livre)	7 (Democracia)	5,67 (Regime Híbrido)
África do Sul	0,625 (45°)	78 (Livre)	9 (Democracia)	7,41 (Democracia Falha)
Namíbia	0,612 (46°)	77 (Livre)	6 (Democracia)	6,31 (Democracia Falha)
São Tomé & Príncipe	0,588 (49°)	81 (Livre)	N/A	N/A
Senegal	0,585 (51°)	78 (Livre)	7 (Democracia)	6,21 (Democracia Falha)
Botsuana	0,577 (54°)	72 (Livre)	8 (Democracia)	7,87 (Democracia Falha)
Gana	0,553 (58°)	83 (Livre)	8 (Democracia)	6,75 (Democracia Falha)
Burkina Faso	0,550 (61°)	63 (Parcialmente)	0 (Anocracia fechada)	4,7 (Regime Híbrido)
Lesoto	0,493 (69°)	64 (Parcialmente)	8 (Democracia)	6,59 (Democracia Falha)
Libéria	0,483 (71°)	62 (Parcialmente)	6 (Democracia)	5,31 (Regime Híbrido)
Ilhas Seychelles	0,468 (76°)	71 (Parcialmente)	N/A	N/A
Nigéria	0,449 (80°)	50 (Parcialmente)	4 (Anocracia aberta)	4,5 (Regime Híbrido)
Mali	0,435 (82°)	45 (Parcialmente)	5 (Anocracia aberta)	5,70 (Regime Híbrido)
Níger	0,430 (83°)	49 (Parcialmente)	6 (Democracia)	3,96 (Autoritário)
Malawi	0,414 (84°)	63 (Parcialmente)	6 (Democracia)	5,55 (Regime Híbrido)
Costa do Marfim	0,395 (87°)	52 (Parcialmente)	4 (Anocracia aberta)	3,81 (Autoritário)
Quênia	0,382 (88°)	51 (Parcialmente)	9 (Democracia)	5,33 (Regime Híbrido)
Togo	0,377 (89°)	48 (Parcialmente)	-2 (Anocracia Fechada)	3,32 (Autoritário)
Tanzânia	0,373 (90°)	58 (Parcialmente)	-1 (Anocracia Fechada)	5,76 (Regime Híbrido)
Serra Leoa	0,357 (92°)	66 (Parcialmente)	7 (Democracia)	4,55 (Regime Híbrido)
Comores	0,342 (95°)	55 (Parcialmente)	9 (Democracia)	3,71 (Autoritário)
Guiné-Bissau	0,339 (96°)	40 (Parcialmente)	1 (Anocracia Aberta)	1,98 (Autoritário)
Moçambique	0,311 (105°)	53 (Parcialmente)	4 (Anocracia aberta)	4,02 (Regime Híbrido)
Rep. Centro Africana	0,308 (106°)	10 (Não Livre)	-1 (Anocracia Fechada)	1,61 (Autoritário)
Zâmbia	0,305 (107°)	56 (Parcialmente)	7 (Democracia)	5,99 (Regime Híbrido)
Somalilândia	0,289 (110°)	40 (Parcialmente)	N/A	N/A
Uganda	0,275 (113°)	35 (Não Livre)	-1 (Anocracia Fechada)	5,26 (Regime Híbrido)
Gabão	0,263 (116°)	32 (Não Livre)	3 (Anocracia aberta)	3,74 (Autoritário)
Madagascar	0,260 (118°)	56 (Parcialmente)	3 (Anocracia aberta)	5,05 (Regime Híbrido)
Marrocos	0,244 (119°)	41 (Parcialmente)	-4 (Anocracia Fechada)	4,77 (Regime Híbrido)
Guiné	0,216 (125°)	41 (Parcialmente)	4 (Anocracia aberta)	3,14 (Autoritário)
Zanzibar	0,215 (126°)	N/A	N/A	N/A
Ruanda	0,203 (128°)	24 (Não-Livre)	-3 (Anocracia Fechada)	3,07 (Autoritário)
Líbia	0,190 (130°)	13 (Não Livre)	0 (Anocracia Fechada)	2,25 (Autoritário)
Zimbábue	0,189 (131°)	32 (Parcialmente)	4 (Anocracia aberta)	3,05 (Autoritário)
Argélia	0,189 (132°)	35 (Não Livre)	2 (Anocracia aberta)	3,56 (Autoritário)
Egito	0,177 (134°)	26 (Não Livre)	-4 (Anocracia Fechada)	3,31 (Autoritário)
Angola	0,173 (135°)	24 (Não-Livre)	-2 (Anocracia Fechada)	3,40 (Autoritário)
Camarões	0,163 (137°)	24 (Não-Livre)	-4 (Anocracia Fechada)	3,46 (Autoritário)
Mauritânia	0,155 (140°)	30 (Não Livre)	-2 (Anocracia)	3,96 (Autoritário)

			Fechada)	
Djibouti	0,141 (143°)	26 (Não-Livre)	2 (Anocracia aberta)	2,83 (Autoritário)
Gâmbia	0,137 (145°)	20 (Não-Livre)	-5 (Anocracia Fechada)	2,91 (Autoritário)
D.R. Congo-Kinshasa	0,116 (150°)	19 (Não-Livre)	5 (Anocracia aberta)	1,93 (Autoritário)
Etiópia	0,113 (151°)	12 (Não-Livre)	-3 (Anocracia fechada)	3,60 (Autoritário)
Congo-Brazzaville	0,108 (153°)	27 (Não-Livre)	-4 (Anocracia Fechada)	2,91 (Autoritário)
Suazilândia	0,102 (156°)	18 (Não-Livre)	-9 (Autocracia)	3,03 (Autoritário)
Sudão	0,101 (157°)	6 (Não-Livre)	-4 (Anocracia Fechada)	2,37 (Autoritário)
Chade	0,099 (158°)	18 (Não-Livre)	-2 (Anocracia Fechada)	1,5 (Autoritário)
Somália	0,095 (160°)	5 (Não-Livre)	5 (Anocracia aberta)	N/A
Guiné Equatorial	0,074 (162°)	8 (Não-Livre)	-5 (Anocracia Fechada)	1,7 (Autoritário)
Sudão do Sul	0,061 (164°)	4 (Não-Livre)	0 (Anocracia Fechada)	N/A
Burundi	0,057 (168°)	19 (Não-Livre)	6 (Democracia)	2,40 (Autoritário)
Eritreia	0,018 (173°)	3 (Não-Livre)	- 7 (Autocracia)	2,37 (Autoritário)